A Importância do Artigo 12-B da Lei Maria da Penha: Um Olhar Jurídico

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 23/08/2024



Introdução

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de proteção e assistência. Em 2017, a Lei nº 13.505 introduziu o artigo 12-B, que trouxe novas disposições para fortalecer ainda mais essa proteção. Embora alguns parágrafos tenham sido vetados, o § 3º, que foi mantido, possui uma importância crucial.

Artigo 12-B e Seus Vetos

O artigo 12-B foi incluído na Lei Maria da Penha pela Lei nº 13.505, de 2017. No entanto, os §§ 1º e 2º foram vetados. Esses vetos podem ter sido motivados por diversas razões, incluindo questões de constitucionalidade, viabilidade operacional ou até mesmo por considerações políticas. Apesar dos vetos, o § 3º foi mantido e possui uma relevância significativa para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

§ 3º do Artigo 12-B

O § 3º do artigo 12-B estabelece que “a autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.” Este dispositivo é crucial por diversas razões:

Requisição de Serviços Públicos

A possibilidade de a autoridade policial requisitar serviços públicos é um avanço significativo na proteção das mulheres. Isso inclui serviços de saúde, assistência social, segurança e outros que sejam necessários para garantir a integridade física e psicológica da vítima e de seus dependentes.

Agilidade e Efetividade

A autorização para a autoridade policial requisitar serviços públicos diretamente contribui para a agilidade e efetividade nas ações de proteção. Em situações de emergência, a rapidez na tomada de decisões pode ser determinante para evitar danos maiores à vítima.

Proteção Integral

O dispositivo reforça a ideia de proteção integral, não apenas focando na segurança imediata, mas também no bem-estar contínuo da mulher e de seus dependentes. Isso inclui acesso a tratamento médico, psicológico e a outros serviços essenciais para a recuperação e reintegração social.

Conclusão

O artigo 12-B, ainda que parcialmente vetado, representa um avanço importante na legislação brasileira voltada para a proteção das mulheres. O § 3º, em particular, fortalece a capacidade das autoridades de agir de maneira rápida e eficaz,

requisitando serviços públicos essenciais para a defesa e bem-estar das vítimas de violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha, com suas contínuas atualizações, continua a ser um pilar fundamental na luta contra a violência de gênero no Brasil.

Aqui está uma FAQ baseada no artigo sobre a importância do artigo 12-B da Lei Maria da Penha:

FAQ – Artigo 12-B da Lei Maria da Penha

1. O que estabelece o artigo 12-B da Lei Maria da Penha?
O artigo 12-B permite que a autoridade policial requisitem serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar, assim como de seus dependentes.

2. Qual é a importância desse artigo para a proteção das mulheres?
O artigo 12-B é crucial porque permite uma resposta rápida e efetiva das autoridades em situações de emergência, garantindo que as vítimas tenham acesso a serviços essenciais como saúde, assistência social e segurança.

3. O que a autoridade policial pode requisitar segundo o artigo 12-B?
A autoridade policial pode requisitar serviços de saúde, assistência social, segurança e outros serviços públicos que sejam necessários para garantir a integridade física e psicológica da mulher e de seus dependentes.

4. Como o artigo 12-B contribui para a agilidade nas ações de proteção?
Ao permitir que a polícia requisitem serviços públicos diretamente, o artigo 12-B facilita a tomada de decisões rápidas em situações de crise, o que pode ser determinante para a segurança imediata da vítima.

5. O que o § 3º do artigo 12-B destaca?

O § 3º do artigo 12-B enfatiza a importância da proteção integral, não apenas focando na segurança imediata, mas também no bem-estar contínuo da mulher e de seus dependentes, promovendo acesso a serviços essenciais para a recuperação.

6. O artigo 12-B tem alguma limitação?
Embora o artigo 12-B tenha sido introduzido para fortalecer a proteção das mulheres, alguns parágrafos foram vetados, o que pode limitar a abrangência de suas disposições. No entanto, o § 3º, que foi mantido, ainda oferece mecanismos importantes de proteção.

7. Como o artigo 12-B se relaciona com outras medidas da Lei Maria da Penha?
O artigo 12-B complementa outras medidas da Lei Maria da Penha, reforçando a rede de proteção à mulher e garantindo que as autoridades tenham ferramentas adequadas para agir em situações de violência doméstica.

8. Qual é o impacto do artigo 12-B na luta contra a violência de gênero?
O artigo 12-B representa um avanço significativo na legislação brasileira, fortalecendo a capacidade das autoridades de agir rapidamente e de forma eficaz para proteger as mulheres em situações de violência, contribuindo assim para a luta contra a violência de gênero.

Essas perguntas e respostas oferecem uma visão clara sobre a importância do artigo 12-B da Lei Maria da Penha, destacando como ele contribui para a proteção das vítimas de violência doméstica e a eficácia das medidas de proteção.